

## **Jurisprudência dos Tribunais**

Constituição Estadual — Vinculação de vencimentos — Inconstitucionalidade (STF)	187
Crime de computador — Tipicidade — Prova pericial (STF)	192
Licitação — Inabilitação — Interpretação abusiva (STJ)	198
Licitação — Edital — Alteração (STJ)	202
Licitação — Permissão de uso — Atividade similar (STJ)	205
Mandado de Segurança — Licitação — Coleta de prova (STJ)	213
Comentário — PEDRO GORDILHO	222
Floresta — Desapropriação — Indenização (STF)	224
Mandado de Segurança — Processo legislativo — Legitimidade ativa (STF)	225
Processo legislativo — Controle jurisdicional — Liminar (STF)	228
Teto de remuneração — Ação Popular — Ação de inconstitucionalidade por omissão (STF)	231
Dívida dos estados — União federal — Retenção de recursos (STF)	235
Desapropriação — Imissão na posse — Dispensa de avaliação (STF)	245
Constituição Estadual — Aposentadoria — Tempo de serviço (STF)	258
Advogado — Empresa pública de atividade econômica — Honorários (STF)	263
Processo legislativo — Constituição Estadual — Direito de iniciativa (STF)	270
Processo legislativo — Direito de iniciativa — Inconstitucionalidade (STF)	275
Servidor público — Regime jurídico único — Direito adquirido (STF)	278
Servidor público — Gratificação — Extensão a inativos (STF)	280

## **Jurisprudência Administrativa**

Servidor público — Penalidade — Graduação (AGU)	285
---	-----

## **Pareceres**

Alienação fiduciária — Código do Consumidor — Leilão — CAIO TÁCITO	291
Cobertura florística — Desapropriação — Indenização — UADI LAMMÊGO BULOS	294

Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 — Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.	351
Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999 — Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.866, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano).	358
Razões do veto	361
Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 — Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.	363
Lei nº 9.791, de 24 de março de 1999 — Dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos estabelecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos.	367
Razões do veto	368
Decreto nº 2.945, de 22 de janeiro de 1999 — Constitui a Comissão para Análise da Aplicação de Decisões Judiciais — CAADJ, e dá outras providências.	369
Decreto nº 2.953, de 28 de janeiro de 1999 — Dispõe sobre o procedimento administrativo para aplicação de penalidades por infração cometidas nas atividades relativas à indústria do petróleo e ao abastecimento nacional de combustíveis, e dá outras providências.	370
Decreto nº 2.954, de 29 de janeiro de 1999 — Estabelece regras para a redação de atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo.	377
Decreto nº 2.967, de 25 de fevereiro de 1999 — Institui o Sistema de Acompanhamento Legislativo e dá outras providências.	391
Decreto nº 2.988, de 12 de março de 1999 — Excepciona a Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS da aplicação de disposições dos Decretos nº 757, de 19 de fevereiro de 1993, e 1.091, de 21 de março de 1994.	392
Decreto nº 3.001, de 26 de março de 1999 — Acresce dispositivo ao Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, que consolida normas de procedimentos a serem observadas pela Administração Pública Federal em razão de decisões judiciais e regulamenta os dispositivos legais que menciona.	392
Índice Analítico	395

Tribunal Eleitoral — Presidência — Mandato — CAIO TÁCITO	308
Comercialização de cigarros — Restrição — Inconstitucionalidade — EROS ROBERTO GRAU	310
Professor Titular: concurso público ou progressão funcional? — ERNANDO FACURY SCAFF	318
 <b>Tribunal de Contas da União</b>	
Licitação — Serviços de advocacia — Princípio da impessoalidade (TCU)	325
 <b>Legislação</b>	
Emenda Constitucional nº 21, de 18 de março de 1999 — Prorroga, alterando a alíquota, a contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e de direitos de natureza financeira, a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	335
Emenda Constitucional nº 22, de 18 de março de 1999 — Acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas “i” do inciso I do art. 102, e “c” do inciso I do art. 105 da Constituição Federal.	335
Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999 — Altera a legislação do Imposto sobre a Renda, relativamente à tributação dos Fundos de Investimento Imobiliário e dos rendimentos auferidos em aplicação ou operação financeira de renda fixa ou variável, ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte — SIMPLES, à incidência sobre rendimentos de beneficiários no exterior, bem assim a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI, relativamente ao aproveitamento de créditos e à equiparação de atacadista a estabelecimento industrial, do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários — IOF, relativamente às operações de mútuo, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, relativamente às despesas financeiras, e dá outras providências.	336
Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 — Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.	339
Lei nº 9.783, de 28 de janeiro de 1999 — Dispõe sobre a contribuição para o custeio da previdência social dos servidores públicos, ativos e inativos, e dos pensionistas dos três Poderes da União, e dá outras providências.	350

# REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

JANEIRO/MARÇO-1999

**215**

RENOVAR



Fundação Getúlio Vargas

# SUMÁRIO

## Doutrina

A reforma do Estado e a modernidade administrativa — CAIO TÁCITO	1
A lei — JOSÉ AFONSO DA SILVA	9
Constituição e Globalização — DANIEL SARMENTO	19
Nova esquerda social-liberal — LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA	35
Alteração dos contratos administrativos — LEON FREJDA SZKLAROWSKY	45
Inconstitucionalidade da progressividade na contribuição previdenciária dos agentes públicos — PAULO MODESTO	53
Correção monetária de débitos judiciais — JOSÉ LUIS WAGNER e RUDI MEIRA CASSEL	61
Agência Nacional de Vigilância Sanitária — DIOGO DE FIGUEIREDO MOREIRA NETO	71
Lei inconstitucional e Emenda Constitucional Superveniente — CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO	85
Empreitada de obra pública rodoviária por preço global — ALBERTO DE LIMA VIEIRA	99
Ação Civil Pública de fazer ou não fazer — TOSHIO MUKAI	109
Autonomia universitária na Constituição de 1988 — ANNA CANDIDA DA CUNHA FERRAZ	117
Serviços públicos nas relações de consumo — ÁLVARO LAZZARINI	143
Redefinição do dever de proporcionalidade — HUMBERTO BERGMANN ÁVILA	151
A Questionada Justiça do Trabalho — ARNALDO SÜSSEKIND	181